

A collection of handwritten signatures and names in blue ink at the top of the page. Some legible names include 'A. Almeida', 'Celso Sousa', 'Fernando', and 'José'. There are also several illegible signatures.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 30

Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e oitenta e um, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão extraordinária destinada à "Comemoração do Dia 25 de Abril", sob a Presidência do Presidente Alberto Dionísio Branco Lopes, Secretariada pelos Vogais Judite Yolanda Capelo dos Santos e Henrique Manuel Aubry de Oliveira Pontes de Gouveia, a primeira na qualidade de Primeiro Secretário e o segundo em substituição do Segundo Secretário eleito, Fernando dos Santos Manata e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Manuel Marques Anileiro, Vítor José Pedrosa da Silva, António José Ferreira Simões Vieira, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, Maria Antónia Corga de Vasconcelos de Pinho e Melo, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Rocha Dias de Andrade, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, António Manuel de Almeida Alves, Maria Joana Gaspar de Melo Albino de Campos Cruz, Flávio Ferreira Sardo, Pedro Martins Bastos, João Manuel Caniço de Seiça Neves, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, António Henriques Sancho, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Vital Marques Miranda e António Maio Ferreira Capela.

Pelas zero horas e quinze minutos o Presidente declarou aberta a presente sessão.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Francisco Fernando da Encarnação Dias, João Francisco do Casal, José Maria Lobo Portugal M.R. Raposo, Eduardo António Ramalheira, Octaviano Augusto Ferreira de Seabra, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Domingos Simões Maia, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Delfim Delmar Pereira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Arlindo da Cruz, António Pereira Campos Naia, Fernando dos Santos Manata, Silvério Conde Teixeira, Horácio Camões Sobral, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Manuel Gaspar Fernandes e Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Iniciados os trabalhos, o Presidente convidou os oradores interes

sados a usarem da palavra.

Pela Aliança Povo Unido usou da palavra o Vogal João Manuel Seiza Neves, que disse o seguinte:

"Saudamos em primeiro lugar esta Câmara na medida e apenas na medida em que, sufragada que foi pelo veredicto popular, representa um dos muitos órgãos em que o poder democrático se encontra institucionalizado.

Saudamos em segundo lugar - neste dia que é o da libertação do Povo Português - todos os povos do mundo em luta e designadamente o povo de El Salvador, vítima das atrocidades e da estratégia de genocídio do Plano Monroe para a América Latina.

Saudamos finalmente o Povo Português que na data que hoje comemoramos soube converter um verdadeiro golpe popular o golpe de estado militar que os generosos capitães de Abril de mão beijada nos ofereceram dando a esta pátria um rosto de terra livre dando a cada um de nós o estatuto de cidadania que o fascismo nos havia usurpado.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Minado pelo sangue jovem que corria das guerras coloniais directamente para o aforro e gula do grande capital financeiro nacional e internacional, desacreditado por um tráfico de influências onde a corrupção era a moeda de troca, abalado pelo descrédito constante e crescente nos aerópagos internacionais, com as prisões cheias de presos políticos e o povo de barriga vazia, com a banca privada recrudescendo nas suas actividades de saloio mas compensador favoritismo, o fascismo caiu da forma cobarde como governou, isto é, como um odre pestilento e indigno, como um balão que picado de morte se esvaziou de todas as suas flatulentes misérias. O fascismo morreu como viveu: sem altivez, sem mostrar o rosto, caniculado pela vergonha dos assassinos e enviando os seus ratos de esgoto para porto seguro.

Reorganizada a direita ortodoxa e miguelista, fácil lhe foi destruir todo o romantismo de um movimento sem quadros em quantidade, minando com a sua revanche caceteira as frágeis estruturas institucionais saídas do poder de Abril.

Reocupado o seu poderio a nível de poder económico, saudosista que estava da estabilidade podre do capital monopolista, logo assaltou o poder polí

tico que hoje detém de forma ilegítima perante o escárnio e o protesto das grandes massas populares organizadas e conseqüentes.

Ninguém hoje já duvida que é impossível estabilizar um poder político progressista infraestruturalmente sustentado por uma distribuição da riqueza concentracionária e acumuladora.

E por isso é que quando o descontentamento popular aponta o seu dedo acusador para o aumento do custo de vida, para o crescimento da taxa de inflação, e para a degradação generalizada da qualidade de vida não é o 25 de Abril quem se senta no banco dos réus mas antes os seus figadais inimigos, ou seja, o capital monopolista e latifundista que desde 1976 assentou arraiais no banquete dos poderes públicos.

Caso único na história serem os vitoriosos da contra revolução a grangear os louros do seu insucesso apontando como réu a sua própria vítima.

Mas, é bem certo que ninguém pode parar o vento com as mãos. Nem as campanhas difamatórias, nem a farda agressiva de certas forças militarizadas, nem as bombas que encheram de terror, de luto e de morte este País, conseguiram desvirilizar este povo que nos salvou a independência nacional em 1383-1385, que afirmou o seu romantismo imaturo em 1820 e 1891, que soube sair à rua desorganizado mas generoso em 1910 e que finalmente se afirmou como povo adulto em 25 de Abril de 1974, varrendo da sua história os gigantones do medo e da tortura.

Apesar dos duros golpes que lhe foram infligidos o 25 de Abril está vivo e a história recente deste Portugal bem o demonstra: a reforma agrária nem a tiro de metralhadora foi destruída, as nacionalizações resistem aos ataques quase mediunicos dos homens sem rosto do F.M.I. e do grande capital monopolista, e o Presidente da República foi eleito por uma esmagadora maioria de votos, em alternativa com um torcionário de S. Nicolau, perante o desespero da direita absolutista e contra a vontade de algumas forças camufladamente reaccionárias.

Entre liberdade e ditadura o povo escolheu liberdade.

Entre o obscurantismo e a dignidade o povo preferiu a dignidade.

Entre 24 e 25 de Abril o povo quis o 25 de Abril.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

É dever de qualquer autarca independentemente do credo político que

professe ou do partido em que milite, a defesa dos interesses da freguesia ou do concelho por onde foi eleito.

Ninguém, absolutamente ninguém, se poderá hoje julgar dispensado de colaborar criticamente nas grandes tarefas que emergem da administração autárquica.

Por isso é que não poderemos calar uma palavra de protesto contra o verdadeiro crime de extorsão que o governo cometeu na não aplicação da Lei das Finanças Locais, locupletando-se com 36 milhões de contos, que é dinheiro do povo.

Os governos reaccionários de todo o mundo procuram ao longo da história esvaziar de sentido o poder autárquico ora retirando-lhe poder político e legislativo ora diminuindo-lhe e controlando-lhe o poder económico e financeiro.

É que o poder local revestiu muitas vezes a face de contra poder contra a autoridade podre da autocracia dominante.

Mussolini afirmava que "mais do que municípios são necessários administradores do estado". E o salazar caetanismo nomeava as direcções dos órgãos de poder local como quem nomeia qualquer funcionário administrativo da sua confiança.

Assim é que reforçar e democratizar o poder das autarquias, em consonância com os interesses locais e não com o poder central é defender o 25 de Abril e o irreversível trilho democrático que aponta. E, para nós, autarcas, a melhor maneira de defender e comemorar essa manhã dourada de rubra esperança é empenharmo-nos no trabalho prometido que a vontade popular sufragou e aguarda.

Finalmente, aproxima-se um momento decisivo na história do poder democrático das autarquias.

Referimo-nos à revisão da mais livre e progressista constituição da Europa Ocidental que as forças reaccionárias pretendem reduzir a um texto tecnocrático que perpetue e defenda os seus interesses parasitários.

Assim é que se impõe a todas as forças democráticas, a todos os homens de bem defender a Constituição perante as arremetidas de todos aqueles que pretendem esvaziá-la no seu conteúdo e nomeadamente no que diz respeito à consagração dos princípios autonómicos e de independência dos órgãos autárquicos que Abril nos deu.

Por isso, uma vez mais, afirmamos que defender a Constituição é de

fender as autarquias, é defender o 25 de Abril."

De seguida, usou da palavra a Vogal Maria Joana que em nome do Partido Socialista, proferiu as seguintes palavras:

"Mais um ano decorreu desde o histórico dia 25 de Abril de 1974.

E tal como sempre acontece quando se comemora o aniversário de qualquer acontecimento digno de relevo, ou de qualquer data importante, lógico é que no nosso espírito se renovem todos os momentos então vividos.

Se é certo que a erosão do tempo lhes provoca por vezes um certo desgaste, ou lhes retira em parte o brilho, também certo é que o homem de boa vontade e consciente dos seus deveres, é sempre capaz de revitalizar as suas forças e de renovar os ideais que, em algum momento de maior coragem, pretendeu alcançar.

A data que hoje se comemora significou para o povo português uma esperança de liberdade, física e espiritual, um marco para uma nova vida onde a igualdade de direitos, a justiça social, o eliminar dos problemas fundamentais que angustiam as camadas sociais mais desfavorecidas, se tornassem uma realidade e não se mantivessem no domínio das utopias.

Assim sendo, não bastará pois comemorar tal data.

Haverá assencialmente que pôr a questão de saber se, pelo menos em parte, tais ideais foram prosseguidos, ou se, pelo contrário, não foram quase completamente olvidados.

A todos e a cada um, por muito insignificante que possa ser o seu papel na vida do dia-a-dia, cabe um pouco de responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos.

Sobre todos e cada um recai o dever de dar concretização prática aos princípios básicos que nortearam o 25 de Abril.

Todos nós o vivemos. E como seus contemporâneos a história nos julgará.

De igual modo nos julgarão um dia os nossos filhos como herdeiros da sociedade que, em testamento, lhes deixamos.

Uma análise, ainda que linear, aos últimos 7 anos, se por um lado nos permitirá concluir que algumas tentativas foram feitas no sentido de mino-

...rar alguns dos mais graves problemas que urgia resolver, por outro lado levar-nos-á a concluir que muito deixou de ser feito, e muito haverá a fazer.

Na verdade, competir-nos-á, essencialmente, envolvermo-nos em debates ideológicos, em querelas partidárias, no enraizamento de inimizades, ou tentar, tanto quanto possível, atingir objectivos mais humanos e mais profundos, quais sejam os de alcançar condições de vida, pelo menos razoáveis, para todos os portugueses ?

Já alguma vez se disse nesta Assembleia Municipal que deverá deixar de haver portugueses de 1ª e portugueses de 2ª ?

E tal só se conseguirá quando os portugueses de 1ª se lembrarem que os portugueses de 2ª também têm direito à vida.

Mas será que este direito lhes está a ser dado ?

Terá diminuído o número de desempregados ?

Terá sido resolvido o problema da habitação ?

Ter-se-á seguido uma política de estabilização de preços, pelo menos no que concerne aos bens de consumo corrente ?

Será o ensino efectivamente gratuito e de fácil acesso a todos os jovens deste país dotados de capacidade para ir mais longe ?

Terá a assistência médica e medicamentosa, se bem que generalizada a toda a população, sido melhorada ?

Ou, em lugar de serem eliminadas as inúmeras fraudes neste campo diariamente cometidas, não terão sido aumentados os encargos para os realmente pobres e doentes ?

Estarão as crianças, os velhos e os deficientes devidamente protegidos ?

Muitas das questões postas (e muitas outras poderiam ser focadas), a resposta a dar será NÃO !

E estes "nãos" somados, deverão ser um peso na consciência de todo o homem de bem.

E ainda que do 25 de Abril de 1974, pelo menos persista o direito a todo o cidadão português de expôr livremente o seu pensamento e de contestar tudo quanto traia os ideais então assumidos, a verdade é que, segundo o velho di

tado "não há filósofos de barriga vazia" !

Da comparação entre ideais de então e a realidade presente, poderá resultar para muitos de nós um certo desencanto.

Porém, tal como Jacob, que 7 anos serviu Labão, pai de Raquel, na tentativa de a obter como prémio, também há 7 anos, pois que tal é o número de anos decorrido desde Abril de 1974, muitos de nós servimos, na tentativa de con seguirmos realizar os ideais de então.

Todo o homem autêntico deverá ter um pé no sonho e outro na realidade, na crença de que ambos se tornem num todo concreto.

Daí que não devemos permitir que o desencanto referido destrua o elo entre a realidade e os ideais de Abril.

Deveremos sim renová-los e tanto quanto possível torná-los realidade."

Pelo Partido Social Democrata usou seguidamente da palavra a Vogal Maria Antónia para dizer o seguinte:

"Como representantes da ideologia política que defendendo uma maior justiça social, em nada diminui a liberdade do indivíduo inserido numa sociedade civilizada e ocidental, somos em Portugal o maior partido político. Não poderíamos pois, neste dia, deixar de nos associar com o maior júbilo, a todas as manifestações que visem comemorar a data, a partir da qual, nos foi possível co meçar a divulgar livremente a social democracia.

Todavia, como elementos desta Assembleia Municipal julgamos que o melhor modo de festejar este ano o 25 de Abril será desejar ardentemente que as leis que se encontram para aprovação na Assembleia da República e que visam o fortalecimento e a dignificação do poder local, sejam publicadas com a máxima brevidade. Com a sua entrada em vigor, serão alcançados alguns dos objectivos porque sempre temos lutado, e poderemos afirmar então que o Poder Local é em Portugal uma realidade.

Em nome dos sociais democratas que aqui representamos, saudamos cor dealmente todos os elementos desta Assembleia desejando que continuem a colaborar para o bem de Aveiro e das suas gentes."

Por último, usou da palavra o Vogal Carlos Valentim de Sousa e Silil va que, em nome do Centro Democrático Social, disse o seguinte:

"Aderimos, como não podia deixar de ser, à proposta de celebração

do 25 de Abril.

E estamos a comemorá-lo.

Porquê ? Porque somos incondicionais defensores da liberdade, do respeito, da dignidade da pessoa humana.

Os princípios por que se norteia o nosso partido, e a coerência sempre verificada na sua actuação, demonstram-no bem. Aderimos à ideia da celebração desta data, não apenas porque ela assinala a eclosão de um movimento militar portador de mudança, mas principalmente pelo espírito, pela essência desse mesmo movimento, consubstanciados nas promessas feitas no sair desse dia que espalhou um oxigénio de esperança pelo ar pesado e asfixiante que respiravam milhões de portugueses.

Mas... "as palavras voam" ! E as promessas contidas nessas palavras avidamente ouvidas e gravadas nos corações. nesse glorioso dia, ao invés de serem plenamente assumidas e transformadas nas realidades por que fervorosamente se ansiava, foram-se esfumando na loucura, na demagogia e na insensatez da verbosidade e dos actos de muitos que cedo se arvoraram em donos de uma Revolução que, assim, rapidamente substituiu o doce sabor da esperança pelo travo amargo do desencanto, da desilusão, do descrédito e do desânimo.

A fraternidade, a concórdia, a justiça e a paz vislumbradas no 25 de Abril deram, ainda antes da sua concretização, lugar à desconfiança, ao temor e ao ódio que, uma vez mais, começaram a ensombrar a vida dos portugueses.

E se o País se não afundou no turbilhão de um Gonçalvismo de triste memória foi porque, Graças a Deus, o gosto da democracia, embora fugazmente experimentado, impulsionou os portugueses a resistirem corajosamente, possibilitando o 25 de Novembro, que iniciou a tarefa de repor a pureza inicial do movimento dos Capitães de Abril.

Mas esta tarefa não se conclui com discursos, com promessas. Só pode concluir-se no esforço, na dedicação, no trabalho, constantes e honestos de todos quantos verdadeiramente amam esta nossa Pátria, velha de séculos, que tantos exemplos deu já ao Mundo e tem jus a ser continuada num clima de Trabalho, de Paz, de Tolerância, de Respeito, de Dignidade, de Bem-estar, de Segurança e de Amor.

É neste projecto que devotadamente e com Esperança nos temos empenhado e continuaremos a empenhar, e é por isso que estamos aqui, conscientemen



